

MEMÓRIA COLETIVA E TRADUÇÃO: ADAPTAÇÕES IDEOLÓGICAS NAS TRADUÇÕES ALEMÃS E PORTUGUESAS DO *DIÁRIO* DE ANNE FRANK

*COLLECTIVE MEMORY AND TRANSLATION: IDEOLOGICAL ADAPTATIONS IN THE
GERMAN AND PORTUGUESE TRANSLATIONS OF THE DIARY OF ANNE FRANK*

Arvi Sepp¹
Philippe Humblé²

RESUMO

Este artigo examina como traduções do Diário de Anne Frank moldam a memória coletiva por meio de adaptações ideológicas. Na parte alemã, compara-se a versão de Anneliese Schütz (1950) com a de Mirjam Pressler (1991), articulando-as ao contexto da Vergangenheitsbewältigung. Mostra-se que Schütz “desjudaiza” e “desgermaniza” o texto: atenua referências a leis antissemitas, suprime “Vollblut-Juden”, reduz menções a “Jude/Deutsch” e suaviza conflitos familiares e a voz juvenil de Anne, produzindo um efeito de apagamento histórico e moral; Pressler reaproxima o texto do original. Na RDA, o enquadramento antifascista estatal favoreceu leituras universalizantes. Na parte lusófona, mapeiam-se edições portuguesas (Losa, 1958; Vieira, 2004) e brasileiras (Edel, 1978; Calado, 2004; Mariano, 2017; Prado/Paiva, 2019; Zwieseke, 2019), evidenciando prólogos juvenilizantes e a recorrente conversão do presente para pretérito, que distancia a experiência e suaviza a urgência do testemunho. Conclui-se que escolhas tradutórias e paratextuais respondem a expectativas de mercado e políticas de memória, influenciando a percepção histórica, ética e literária do Diário.

Palavras-chave : Memória coletiva; Tradução e ideologia; Paratextos editoriais; Diário de Anne Frank.

ABSTRACT

This article examines how translations of Anne Frank’s Diary shape collective memory through ideological adaptations. Focusing on the German context, it compares Anneliese Schütz’s 1950 version with Mirjam Pressler’s 1991 edition, situating both within Germany’s *Vergangenheitsbewältigung*. Schütz’s translation “de-Judaizes” and “de-Germanizes” the text

¹ Prof. Dr da Vrije Universiteit Brussel, professor visitante da POET – Pos-Graduação em Estudos da Tradução da UFC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5000-9300>

² Prof. Dr da Vrije Universiteit Brussel. Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-3426-3218>

by softening references to antisemitic laws, omitting “Vollblut-Juden,” reducing occurrences of “Jude/Deutsch,” and smoothing family conflicts and Anne’s youthful voice—effects that blur historical and moral specificity; Pressler moves the text closer to the original. In the GDR, an official antifascist frame encouraged universalizing readings. In the Lusophone sphere, the study maps Portuguese (Losa, 1958; Vieira, 2004) and Brazilian editions (Edel, 1978; Calado, 2004; Mariano, 2017; Prado/Paiva, 2019; Zwiesele, 2019), highlighting juvenilizing prefaces and the recurrent shift from present to imperfect tense, which distances the experience and softens the diary’s urgency. The article concludes that translational and paratextual choices respond to market expectations and memory politics, thereby shaping the historical, ethical, and literary reception of the Diary.

Keywords: Collective memory; Translation and ideology; Editorial paratexts; *The Diary of Anne Frank*.

INTRODUÇÃO

O *Diário* de Anne Frank é provavelmente um dos relatos mais conhecidos do Holocausto.³ Poucos textos em neerlandês se revelaram tão produtivos. Em setenta anos, deu origem a traduções em setenta línguas, muitas vezes várias na mesma língua (como em francês e em português), adaptações teatrais e cinematográficas (sobretudo em inglês, mas não só), ensaios e comentários críticos, e uma série de estudos biográficos e até polêmicas sobre a autenticidade do *Diário*.

O tradutor francês, Philippe Noble, traduziu o *Diário* para o francês junto com Isabelle Rosselin em três ocasiões. Ele escreve em *Filter* (2013), uma revista holandesa de estudos da tradução, sobre a relação entre tradução e testemunho:

Palavras como “testemunha” ou “testemunho” não podem ser utilizadas sem hesitação. Trata-se de conceitos carregados que surgiram nos estudos literários no âmbito dos estudos sobre o Holocausto. Parece arriscado transpor estes conceitos em sentido figurado para o domínio da tradução. No exemplo dos *Diários* de Anne Frank [...], eles encaixam-se naturalmente na perfeição: dada a natureza destes textos, uma tradução tão exata quanto possível tem claramente uma função histórica, social e moral.⁴

É desta “função histórica, social e moral” da tradução e da adaptação que trata este artigo. Na primeira parte, analisaremos primeiro a questão da recepção e da tradução nos anos 50, nomeadamente nos Estados Unidos, que constituiu a base da representação de Anne tal como a conhecemos ainda hoje. Em seguida, mostraremos como a tradução na RDA e na

³ Anne FRANK, *Het achterhuis: dagboekbrieven 12 juni 1942 - 1 augustus 1944*, Amsterdam, Contact, 1947. A obra será indicada com a abreviatura “F 1947”, seguida da referência da página.

⁴ Philippe Noble, “Wat staat er eigenlijk in de tekst? Een vertaler en zijn onbehagen”, *Filter*, 2013, 20:3 <https://www.tijdschrift-filter.nl/jaargangen/2013/203/wat-staat-er-eigenlijk-in-de-tekst-3-11/>

Alemanha de Leste teve um carácter profundamente político.⁵⁶ Na terceira parte, analisaremos mais pormenorizadamente as duas traduções do *Diário* de Anne Frank na Alemanha Ocidental: a tradução de Anneliese Schütz de 1950 e a tradução de Mirjam Pressler de 1991.

A fim de situar o *Diário* no contexto da literatura sobre o Holocausto, serão analisadas a sua especificidade textual e a sua recepção na Alemanha. Neste contexto, analisaremos as estratégias de tradução adotadas. Nestas, os tradutores posicionam-se em relação ao sofrimento das vítimas judias e aos pormenores da perseguição alemã.⁷ Com base no trabalho de André Lefevere, as traduções de Schütz e Pressler serão examinadas no contexto histórico da *Vergangenheitsbewältigung* (a superação do passado) na Alemanha. O objetivo é verificar se a imagem transmitida de Anne Frank - como adolescente judia alemã - se alterou nas traduções para melhor se adaptar às expectativas do público e às políticas de memória da época. Finalmente, na segunda parte deste artigo, nos concentraremos sobre as traduções do *Diário* para o português para analisar de que forma ele foi tratado em Portugal, mas sobretudo no Brasil, onde a obra teve um sucesso editorial como poucos.

1. O INÍCIO DO SUCESSO: TRADUÇÃO E RECEPÇÃO

As duas primeiras traduções do *Diário* foram para o francês e o inglês. Mas só quando foi traduzido para o inglês, em 1952, com o título *Anne Frank: The Diary of a Young Girl*, é que o livro se tornou um êxito a nível mundial. Na introdução, Eleanor Roosevelt, a mulher do presidente americano naquela época, escreveu: “O livro de Anne Frank tornou-me chocantemente consciente do maior mal da guerra - a degradação do espírito humano [...], mas, ao mesmo tempo, o *Diário* de Anne mostra de forma pungente a nobreza suprema desse espírito”.

A sua popularidade inspirou a peça de teatro *O Diário de Anne Frank*, de 1955, dirigida por Frances Goodrich e Albert Hackett, e foi adaptada pelos mesmos para uma versão cinematográfica em 1959. Otto Frank participou ativamente na produção da peça. Antes de ser escrita, Frank tinha pedido aos Hackett que dessem ênfase às ideias e aos ideais de Anne, e não à dimensão judaica, para que o público pudesse ver as consequências da discriminação e do ódio racial em geral. O pai também desempenharia na peça um papel muito mais proeminente do que no próprio *Diário*.

Em *The Holocaust in American Life*, Peter Novick argumenta que no espetáculo da Broadway a personagem de Anne Frank é “muito pouco judaica”, o que desagradou à comunidade judaica dos Estados Unidos.⁸ A análise de Peter Novick é correta, mas era o próprio Otto Frank que desejava que o aspeto judaico da história não fosse realçado. Além disso, na altura, uma certa “americanização” parecia essencial para conseguir uma boa recepção pelo público americano. Segundo Alvin Rosenfeld,

⁵ Anne FRANK, *Das Tagebuch der Anne Frank*. Tradução do holandês por Anneliese Schütz. Heidelberg, Verlag Lambert Schneider, 1950. A obra será mencionada com a abreviatura “F 1950”, seguida da referência da página.

⁶ Anne FRANK, *Tagebuch*. Fassung von Otto H. Frank und Mirjam Pressler. Tradução do holandês por Mirjam Pressler. Frankfurt am Main, Fischer Taschenbuch Verlag, 1991. A obra será mencionada com a abreviatura “F 1991”, seguida da referência da página.

⁷ Ver André LEFEVERE, “Over de constructie van verschillende Anne Franks”, in Ton Naaijken, Cees Koster, Henri Bloemen, Caroline Meijer (eds.), *Denken over vertalen. Tekstboek vertaalwetenschap*, Nijmegen, Vantilt, 2004, p. 347-357.

⁸ Peter NOVICK, *The Holocaust in American Life*, Boston, Houghton Mifflin, 1999, p. 120.

É notável, por exemplo, que em nenhum momento da peça premiada de Goodrich e Hackett apareça em palco um soldado nazista ou um agente da Gestapo. [...] Em vez disso, a ansiedade aumenta em direção a um destino cuidadosamente escondido do público, que é poupado de qualquer confronto direto com a violência nazi. O resultado é que se pode sair do teatro com um certo sentimento de elevação em relação à história de Anne Frank, em vez de uma profunda perturbação. Tal como neste caso, os americanos são geralmente brindados com histórias e imagens do Holocausto nazista que se voltam para cima no final, em vez de mergulharem nos silêncios aterradores de uma morte horrível.⁹

Em *The End of the Holocaust*, Alvin Rosenfeld ataca igualmente a “tendência de generalizar a experiência de Anne Frank, tornando-a existencial e não especificamente histórica”. Em 2017, a televisão neerlandesa NPO transmitiu um documentário (“In de rij voor Anne Frank”, dir. Robert Schinkel) em que os turistas que faziam fila à entrada da Casa de Anne Frank expressavam o que Anne Frank significava para eles. Um idoso afro-americano considerava que a luta pela emancipação dos afro-americanos nas décadas de 1960 e 1970 se enquadrava “no espírito de Anne”. Um grupo de monges tibetanos deu uma interpretação semelhante à resistência tibetana contra a China.¹⁰

Do mesmo modo, Daniel Levy e Natan Sznaider escreveriam: “A pretensão de universalidade do *Diário* de Anne Frank não reside precisamente na sua natureza histórica específica e nas correspondentes memórias do passado. A garota representa cada vez menos um período histórico particular definido pelo mal e cada vez mais uma mensagem para o futuro que transcende o passado”¹¹. Assim também, o cartaz promocional também daria ênfase à emoção e não ao contexto histórico do antissemitismo e do trauma da Shoah.

Na década de 1950, o *Diário* tornou-se um bestseller, e como diria Lawrence Venuti, os bestsellers “favorecem um realismo melodramático que solicita a participação empenhada do leitor”. Em 1956, a peça, traduzida para o neerlandês, se tornaria um enorme sucesso, e haveria outros exemplos: selos de Anne Frank no Japão nos anos 60 (proibidos pela Fundação Anne Frank de Basileia, que gere os direitos de autor), mangas japonesas, um disfarce para Halloween (também proibido pela Fundação).

2. AS TRADUÇÕES PARA O ALEMÃO

O *Diário* de Anne Frank: tradução e politização na República Democrática Alemã (RDA)

Cabe aqui falar da ‘política da recordação’ na República Democrática Alemã, a antiga Alemanha Oriental. A RDA construiu sua estabilidade e a do regime sobre o mito fundador do antifascismo, a fim de atribuir ao partido e, portanto, ao regime que o liderava, a legitimidade da resistência ao nazismo. Paradoxalmente, o ‘dejudeização’ de Anne Frank na década de 1950 estava conforme com a política oficial da RDA. Para traduzir o *Diário*, era necessária uma avaliação favorável, um *Gutachten*. Essas avaliações são hoje uma rica fonte

⁹ Alvin ROSENFELD, *The End of the Holocaust*, Bloomington and Indianapolis, Indiana UP, 2011, p. 62.

¹⁰ https://www.youtube.com/watch?v=eHofHxTLHBg&ab_channel=2dewwdoc

¹¹ Daniel LEVY e Natan SZNAIDER, “Reflexive Erinnerung. Anmerkungen zur Kontroverse über die ‘Wa(h)re’ Anne Frank,” in Daniel LEVY e Natan SZNAIDER, *Erinnerung im globalen Zeitalter: Der Holocaust*, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 2001, p. 218.

de pesquisa. O revisor Gerhard Desczyk, por exemplo, destacava o sucesso internacional do livro e mencionava que Otto Frank havia sido libertado de Auschwitz pelo Exército Vermelho, um fato que também apareceria na aba da tradução. A publicação do livro na RDA seria particularmente bem recebida pelos leitores, pois o *Diário* era um documento de humanidade e filantropia - ideais com os quais as forças democráticas da RDA estavam comprometidas.

Em resumo, vemos em todos esses exemplos que houve um “uso [...] para diferentes propósitos políticos, e o processo pelo qual Anne Frank se tornou um símbolo da tolerância humana e da bondade interior do homem foi acompanhado por um desrespeito à verdade histórica”.¹²

As traduções de Schütz e Pressler

Cabe agora falar sobre a autenticidade da interpretação nas traduções alemãs do *Diário* de Anne Frank e as implicações morais e ideológicas de certos vieses de tradução. Como já foi mencionado, existem duas traduções alemãs do *Diário*, a primeira publicada por Anneliese Schütz em 1950, a segunda por Mirjam Pressler em 1991. Esta última é uma tradutora e escritora que traduziu o *Diário* como parte de suas atividades profissionais. Anneliese Schütz, por sua vez, era uma conhecida da família Frank. Ela era jornalista em Berlim e havia fugido da Alemanha para se refugiar na Holanda. Ela conhecia a família Frank e havia dado aulas de literatura a Anne antes da guerra. Ela fez uma tradução do *Diário* para o alemão, inicialmente destinada à avó de Anne em Basileia, que não sabia holandês. Ela baseou sua tradução no texto datilografado que Otto Frank ofereceria à editora Contact.¹³ Seria, portanto, um tipo de tradução muito peculiar. Em termos de representação das vítimas judias e dos perseguidores alemães, podemos ver como as duas traduções podem ser vistas como mídia da cultura de recordação alemã, mostrando - especialmente no caso de Anneliese Schütz - a extensão da adaptação ideológica.

Germanidade e judaísmo: traduzindo a identidade

De acordo com Ruth Vogel-Klein, o sucesso do *Diário* de Anne Frank na Alemanha pode ser atribuído a uma série de razões, entre elas o fato de que a tradução removia fatos que eram desagradáveis para os leitores alemães¹⁴: “Os alemães desempenhavam apenas um papel indireto [=no *Diário*]; a brutalidade das deportações não aparece; a testemunha não intervinha no presente de forma perturbadora; e, além disso, a tradução alemã [de Anneliese Schütz] continha [...] falsificações para acomodar o texto”.

Em um registro do *Diário* datado de 20 de junho de 1942, Anne Frank descreve a si mesma e sua família como “volbloed-Joden” (“judeus de sangue puro”).¹⁵ Na tradução alemã de 1950, a palavra “Vollblut” não aparece.¹⁶ Como resultado, a referência biológica racial às

¹² Daniel WERTHEIM, “Remediation as a Moral Obligation. Authenticity, Memory, and Morality in Representations of Anne Frank”, in Astrid ERLI e Ann RIGNEY (eds.), *Mediation, Remediation, and the Dynamics of Cultural Memory*, Berlim/Nova Iorque, Walter De Gruyter, 2009, p. 158.

¹³ Ver Simone SCHROTH, *Das Tagebuch, The Diary, Le Journal. Anne Franks Het Achterhuis als Gegenstand eines kritischen Übersetzungsvergleichs*, Münster, Waxmann Verlag, 2006, p. 122.

¹⁴ Ruth VOGEL-KLEIN, “Einleitung”, em Ruth VOGEL-KLEIN (ed.), *Die ersten Stimmen: deutschsprachige Texte zur Shoah 1945-1963*, Würzburg, Königshausen & Neumann, 2010, p. 12. Todas as traduções francesas deste artigo são de nossa autoria.

¹⁵ F 1947, p. 4.

¹⁶ F 1950, p. 12. Note-se, no entanto, que Mirjam Pressler também omite a tradução da palavra “volbloed” na sua tradução.

Leis de Nuremberg e a definição nazista de judaísmo “em termos de sangue” se perdiam.¹⁷¹⁸ Anne Frank também enfatizava as consequências desastrosas do antissemitismo nacional-socialista, por exemplo, nas seguintes referências a leis antissemitas: “Hitlers Jodenwetten” (“Leis judaicas de Hitler”) e “Jodenwet volgde op Jodenwet” (“A uma lei judaica seguia outra lei judaica”).¹⁹²⁰ Schütz traduz “Hitlers Jodenwetten” como “leis de Hitler” em vez de “leis judaicas de Hitler”.²¹ Da mesma forma, Schütz traduziria “Jodenwet volgde op Jodenwet” como “Uma lei ditatorial seguia a outra”. Mas “lei ditatorial” não é o mesmo que “lei judaica”, sendo esta última claramente dirigida contra um grupo étnico específico.

Os exemplos a seguir também sugerem que as omissões na tradução eram deliberadas. Um olhar mais atento à tradução de Schütz confirma a opinião de André Lefevere de que a palavra “judeu” foi evitada.²² Em uma nota datada de 20 de junho de 1942, Anne Frank ressalta, por exemplo, que sua liberdade e a dos judeus de Amsterdã estavam sendo severamente restringidas:

*Jodenwet volgde op Jodenwet. Joden moeten een Jodenster dragen. Joden moeten hun fietsen afgeven. Joden mogen niet in de tram, Joden mogen niet meer in auto's rijden. Joden mogen alleen van 3-5 uur boodschappen doen en alleen in Joodse winkels, waar « Joods lokaal » opstaat. Joden mogen vanaf 8 uur 's avonds niet op straat zijn en ook niet in hun tuin zitten, noch bij kennissen. Joden mogen zich niet in schouwburgen, bioscopen of andere voor vermaak dienende plaatsen ophouden, Joden mogen in het openbaar generlei sport beoefenen, ze mogen geen zwembad, tennisbaan, hockeyveld of andere sportplaats betreden. Joden mogen ook niet bij Christenen aan huis komen. Joden moeten op Joodse scholen gaan en nog veel meer van dergelijke beperkingen.*²³

*Ein diktatorisches Gesetz folgte dem anderen, und speziell für die Juden wurde es besonders schlimm. Sie mußten den Stern tragen, sie mußten ihre Fahrräder abgeben, sie durften nicht mehr mit der Elektrischen fahren, von Autos gar nicht zu reden. Juden durften nur zwischen 3 und 5 Uhr – und dann nur in jüdischen Geschäften – einkaufen. Sie durften nach 8 Uhr abends nicht mehr auf die Straße und sich nach dieser Zeit auch nicht im Garten oder auf dem Balkon aufhalten. Juden durften weder ins Theater noch ins Kino gehen noch andere Vergnügungsstätten besuchen. Sie durften auch nicht mehr schwimmen, Tennis und Hockey spielen, überhaupt keinen Sport mehr treiben. Juden durften nicht mehr zu Christen zu Besuch gehen. Und so häufen sich die Bestimmungen.*²⁴

No texto original em holandês, a repetição frequente da palavra “Jood” e “Joods”, em todas as suas variações morfológicas, é marcante. Na tradução alemã de Schütz, por outro lado, é a redução drástica dessas repetições que é marcante. Nesse contexto, é bastante revelador que, em termos quantitativos, se compararmos as traduções de Schütz e de Pressler, o leitor poderá encontrar um número bastante diferente de aparições de todas as variações morfológicas das raízes lexicais ‘Jud-’ e ‘D/deutsch-’. Em Schütz há exatamente 75 ocorrências de ‘Jud-’,

¹⁷ F 1947, p. 4.

¹⁸ F 1947, *ibid.*

¹⁹ F 1947, *ibid.*, p. 12.

²⁰ F 1991, p. 20.

²¹ F 1950, p. 12.

²² André LEFEVERE, *op. cit.* p. 353.

²³ F 1947, p. 5 [accentuation A.S./P.H.].

²⁴ F 1950, p. 12 [accentuation A.S./P.H.].

enquanto em Mirjam Pressler há 96.²⁵ Alvin Rosenfeld e Hanno Loewy falam da “desjudaização” de Anne Frank, o que, obviamente, implica uma abstração do contexto específico da Shoah e do antissemitismo.²⁶ Poderíamos também falar em “desgermanização”, já que, na tradução de Schütz, o papel desempenhado pelos alemães na perseguição e na morte de Anne Frank é minimizado. No contexto da perseguição, na tradução de Schütz há 65 ocorrências de “D/deutsch-”. Na tradução de Pressler há 94.

As referências políticas explícitas encontradas com frequência no *Diário* de Anne Frank também são frequentemente omitidas. De acordo com André Lefevere, as referências ao antissemitismo foram sacrificadas para evitar influir negativamente na venda do livro.²⁷ Isso mostra que, em 1950, o contexto da Shoah e da ditadura nazista fora minimizado na tradução alemã. Na verdade, na sociedade alemã do pós-guerra a *Schuldfrage* (a questão da culpa) em relação à Shoah ainda não havia sido abordada. Portanto, ainda não fazia parte do discurso da identidade nacional. Efetivamente, quase trinta anos após a publicação da sua tradução, Anneliese Schütz declarou na revista *Der Spiegel* que um livro contendo insultos contra os alemães dificilmente podia ser vendido na Alemanha de Konrad Adenauer^{28,29}.

Outro exemplo. Barnouw, van der Stroom e Lefevere citam as proibições a serem observadas por aqueles que moravam no esconderijo: “Gebruik van taal: Vereist is te allen tijde zacht te spreken, toegestaan zijn alle cultuurtalen, dus geen Duits” (“O uso do idioma: É imperativo falar baixo em todos os momentos.³⁰ Somente o idioma de pessoas civilizadas pode ser falado, portanto, nada de alemão”). A expressão “nada de alemão” é reformulada por Schütz como “Alle Kultursprachen... aber leise!!!” (“Todos os idiomas civilizados..., mas baixinho!!!”)³¹.

A tradução da frase “Fraai volk, de Duitsers.”^{32,33} [...] En trouwens, er bestaat geen groter vijandschap op de wereld dan tussen Duitsers en Joden” como “Em nenhum lugar do mundo há maior hostilidade do que entre *esses* alemães e os judeus” (itálico nosso) pode ser vista como uma manipulação ideológica por parte de Schütz.³⁴ Mirjam Pressler permanece mais próxima do original. Simone Schroth descreve o acréscimo do determinante “esses” como a interferência mais séria, porque, em sua opinião, a caracterização dessa alteração na frase original como um mero efeito de “suavização” é uma avaliação errônea da extensão e do significado da alteração. Schroth escreve: “Na verdade, a inserção desse determinante inverte o sentido, pois dá a impressão de que Anne Frank estava fazendo uma diferenciação em seu

²⁵ A raiz lexical “jüdisch-” aparece 16 vezes em ambos os textos.

²⁶ Ver Alvin H. ROSENFELD, “Anne Frank - And us. Finding the Right Words”, in *Reconstruction*, 2.2, 1993, pp. 86-92. e Hanno LOEWY, “Das gerettete Kind. Die “Universalisierung” der Anne Frank”, em Stephan Braese e outros (eds.), *Deutsche Nachkriegsliteratur und der Holocaust*, Frankfurt am Main/New York, Campus, 1998, pp. 19-41.

²⁷ Ver André LEFEVERE, *op. cit.* p. 354.

²⁸ David BARNOUW e Gerold VAN DER STROOM, *De dagboeken van Anne Frank*, Nederlands Instituut voor Oorlogsdocumentatie. Amsterdão, Bert Bakker, 2004, p. 85.

²⁹ Ver André LEFEVERE, *op. cit.* p. 354.

³⁰ F 1947, p. 52.

³¹ F 1950, p. 52.

³² F 1947, p. 40.

³³ F 1950, p. 40.

³⁴ Ver Simone SCHROTH, *Das Tagebuch, The Diary, Le Journal. Anne Franks Het Achterhuis als Gegenstand eines kritischen Übersetzungsvergleichs*, Münster, Waxmann Verlag, 2006, p. 151; David BARNOUW e Gerold VAN DER STROOM, *op. cit.* p. 85; André LEFEVERE, *op. cit.* p. 352.

juízo. Não há base no original para essa distinção entre nazistas e não-nazistas, que Anneliese Schütz introduz no texto de maneira bastante violenta.”³⁵

Entretanto, na edição da RIOD, à qual Schroth se refere, se afirma que a decisão de introduzir esse determinante no texto foi tomada em conjunto por Anneliese Schütz e Otto Frank. Nas palavras do pai de Anne Frank: “Apesar da pressão que sofria em decorrência da perseguição aos judeus, uma pressão que já havia sentido quando menina, ela [Anne Frank] não julgava todos os alemães da mesma maneira. Mesmo porque, naquela época [de acordo com Otto Frank], tínhamos bons amigos alemães e ela sabia disso.”³⁶ De acordo com Schütz, se você quisesse vender um livro na Alemanha, era melhor que ele não contivesse nenhuma afronta aos alemães.³⁷ Lefevere descreve esse erro como o mais grave ideologicamente falando.

A entrada de 18 de maio de 1943 também ilustra isso: “Todos os alunos que quiserem se formar ou continuar seus estudos a partir desse ano devem assinar uma lista do governo dizendo que simpatizam com os alemães e são a favor da nova ordem.”³⁸ Anneliese Schütz traduz a passagem da seguinte forma: “Todos os alunos devem assinar uma declaração de lealdade e concordar com as medidas tomadas pelo poder de ocupação.”³⁹⁴⁰⁴¹ Mirjam Pressler, por outro lado, traduz de forma mais literal: “Todos os alunos são obrigados a assinar uma lista declarando que simpatizam com todos os alemães e são favoráveis à nova ordem.”⁴²

3. ALINHAMENTO IDEOLÓGICO: ACRÉSCIMOS E OMISSÕES

A maioria das omissões na tradução de Anneliese Schütz são intervenções deliberadas que têm um impacto no processo de leitura e interpretação do leitor.⁴³ No seu *Diário*, Anne

³⁵ Simone SCHROTH, *ibid.*, p. 151.

³⁶ David BARNOUW e Gerrold VAN DER STROOM, *op. cit.* p. 85. Ver também Cynthia OZICK, “Who owns Anne Frank?”, em Harold BLOOM (ed.), *Modern Critical Interpretations. A scholarly look at the Diary of Anne Frank*, Philadelphia, Chelsea House, 1999, pp. 101-120. Ozick escreve que a tradução foi aprovada por Otto Frank (cf. Cynthia OZICK, *ibid.*, p. 112). Laureen Nussbaum, especialista em literatura holandesa e testemunha da época, chama a atenção para o fato de que, ao analisar a tradução de Anne Frank por Anneliese Schütz, é necessário ter em conta o contexto histórico: “Isto é verdade até certo ponto, e deve-se provavelmente ao fato de as pessoas sérias quererem deixar para trás as generalizações sobre a pertença coletiva depois da guerra [...]. [...] A redação exata deveria ter sido preservada na tradução alemã do diário de Anne e inserida no seu contexto histórico através de notas de rodapé”. (Laureen NUSSBAUM, “Was ist so einzigartig an Anne Franks Tagebuch?”, in Inge HANSEN-SCHABERG (ed.), *Als Kind verfolgt. Anne Frank und die anderen*, Berlim, Weidler Buchverlag, 2004, p. 111).

³⁷ Ver André LEFEVERE, *op. cit.* p. 352. Uns bons dez anos mais tarde, Anneliese Schütz declarou à revista *Der Spiegel* que um livro com insultos contra os alemães não poderia sido vendido na Alemanha de Konrad Adenauer (ver David BARNOUW, *Het fenomeen Anne Frank*, Amsterdão, Prometheus/Bert Bakker, 2012, p. 45).

³⁸ F 1947, p. 71 “Alle studenten, die van het jaar willen afstuderen of verder studeren, moeten op een lijst van de overheid tekenen, dat ze met de Duitsers sympathiseren en de nieuwe orde goed gezind zijn.”

³⁹ “Sämtliche Studenten sollen eine Loyalitätserklärung unterzeichnen und sich mit den Maßnahmen der besetzenden Macht einverstanden erklären.”

⁴⁰ F 1950, p. 73.

⁴¹ F 1991, p. 108.

⁴² “Alle Studenten sollen auf einer Liste unterschreiben, dass sie ‘mit allen Deutschen sympathisieren und der neuen Ordnung gut gesonnen’ sind.”

⁴³ No entanto, cabe notar que o alinhamento ideológico, tal como definido por Louis Althusser, por exemplo, se deve muitas vezes a uma visão errônea, mas não intencional, da realidade por parte dos sujeitos. O tradutor também faz parte de uma rede pessoal, institucional e profissional que o pode obrigar a fazer

Frank exprime a sua antipatia por certas pessoas de uma forma irônica e humorística. A utilização da palavra “esposo” pela Sra. van Daan, ao referir-se ao Sr. van Daan, está repleta de sarcasmo.⁴⁴ No entanto, na tradução, o marido é simplesmente descrito como “ihr [...] Mann” (seu marido), filtrando assim grande parte da ironia. Também a personalidade e a origem social dos indivíduos podem ser claramente reconhecidas pela escolha de palavras, e o fato de pertencer a uma geração e a um meio diferente. Neste ponto, podemos concordar com a afirmação de Lefevere de que Anneliese Schütz era provavelmente idosa demais para encontrar o tom certo na sua tradução.⁴⁵ Surpreende-nos o número de palavras e expressões que parecem inadequadas para a linguagem juvenil de Anne Frank, como, por exemplo, “Döskopp” (“um tolo dorminhoco”) em vez de “Dummkopf” (“idiota”). Na tradução de Schütz, Anne Frank é retratada de uma forma que não reflete de modo algum a espontaneidade e o espírito rebelde típicos da sua juventude.

Ao descrever as brigas, Anne Frank é muito franca, escrevendo, por exemplo, na versão neerlandesa do texto: “ze zullen nog opkijken en gauw hun grote bek houden [...] Barbaars gewoon!” (“eles ainda vão se surpreender e logo vão calar a boca [...]. Bárbaro mesmo!”).⁴⁹ É realmente bárbaro!” Schütz traduz a expressão grosseira “hun grote bek houden” (“calar a boca”) como “ihre große Fr... halten!”⁵¹ “Fresse” corresponde a “gueule” em francês, mas é grosseiro demais para Schütz, que utiliza pontos de suspensão em vez de escrever a palavra por extenso. Outrossim, as palavras “Barbaars gewoon!” (“Realmente bárbaro”) são completamente omitidas. Desta forma, a tradução tem claramente um efeito mais suave na representação da família.

O tradutor tenta tratar o tema da família de forma moderada e idealizada. Numa nota datada de 7 de novembro de 1942, Anne Frank escreve: “Ik klamp me aan vader vast, omdat hij de enige is die mijn laatste restje familiegevoel ophoudt.”⁵² (“Agarro-me ao pai, é só através dele que consigo reter os últimos vestígios de sentimento familiar que me restam”).⁵³ Na tradução de Schütz, é de fato o pai de Anne Frank que preserva o sentimento familiar, mas ela omite “laatste restje” (“últimos vestígios”). A descrição empática e radical de Anne Frank sobre a sua dor, desilusão e perda de rumo não aparece na tradução.

A tradução de Anneliese Schütz mostra também um afeto maior de Anne Frank pela própria família. Por vezes, a tradutora valoriza a irmã de Anne, Margot Frank, e o seu pai, acrescentando informações.⁵⁵ A imagem de Margot é reforçada, por exemplo, ao traduzir “Zoals mijn begaafde zuster” (“como a minha irmã talentosa”) por “como a minha irmã

determinadas escolhas ideológicas e morais aquando da tradução. A “manipulação” ideológica é, portanto, também de carácter supra-individual.

⁴⁴ F 1950, p. 38.

⁴⁵ Ver André LEFEVERE, *op. cit.* p. 352.

⁴⁶ F 1950, p. 28.

⁴⁷ F 1991, p. 44.

⁴⁸ F 1950, p. 37.

⁴⁹ F 1947, p. 33.

⁵⁰ F 1947, p. 44.

⁵¹ F 1950, p. 35.

⁵² F 1947, p. 45.

⁵³ F 1947, p. 63.

⁵⁴ F 1950, p. 45.

⁵⁵ F 1947, p. 29.

⁵⁶ F 1950, p. 32.

inteligente e talentosa”.⁵⁷⁵⁸ Do mesmo modo, a palavra holandesa “discussie” (“discussão”), que exprime a tensão psicológica resultante da situação precária no esconderijo, é traduzida por Schütz pela expressão muito mais fraca “Tischunterhaltung” (“conversa à mesa”). Presumivelmente, estas interpretações errôneas, conscientes ou inconscientes, têm como objetivo representar de forma diferente a atmosfera do esconderijo. Uma vez que Schütz conhecia bem a família Frank, pode presumir-se que estes acréscimos refletem sua própria opinião. Uma vez que tanto Margot Frank como o pai de Anne Frank são apresentados de maneira positiva através de tais acréscimos avaliativos, a imagem transmitida ao leitor é alterada. As críticas de Anne Frank a certos membros da sua família são relativizadas como sendo sem importância e apresentadas como indicações das mudanças emocionais típicas de uma moça na puberdade.

4. AS TRADUÇÕES PARA O PORTUGUÊS DO *DIÁRIO* DE ANNE FRANK

Se Anne Frank já ocupa uma posição de grande relevância na Europa Ocidental, onde se desenrolou o drama que lhe custou a vida, a primeira parte deste artigo demonstrou claramente que sua influência no restante do mundo também não deve ser subestimada. Nesta segunda parte, investigamos as diferentes traduções do Diário para o português, considerando as adaptações realizadas no Brasil e em Portugal. A análise concentra-se nas escolhas feitas por tradutores e editoras, especialmente no que se refere à preservação (ou não) da identidade judaica da autora, à contextualização histórica da perseguição nazista e à apresentação do Diário não apenas como um documento histórico, mas também como uma obra literária — ainda que voltada para adolescentes. Examinamos ainda de que forma as introduções procuraram influenciar a leitura do livro e como refletem a maneira como os tradutores, ou as editoras que os contrataram, decidiram enquadrar esta obra.

Talvez seja surpreendente que a história de Anne Frank tenha encontrado uma ressonância igualmente significativa nos países de língua portuguesa, considerando que Portugal — e, especificamente, o Brasil, onde o Diário foi traduzido mais de uma vez — tiveram um papel menos destacado na Segunda Guerra Mundial. É verdade que o Brasil declarou guerra à Alemanha Nazista tardiamente e chegou a enviar uma Força Expedicionária. Portugal, por sua vez, manteve-se relativamente neutro durante todo o conflito, embora tenha acolhido muitos refugiados judeus ou lhes tenha fornecido passagem para outros países de refúgio.

Com efeito, a Segunda Guerra Mundial não teve, nos países lusófonos, o mesmo impacto que teve — e continua tendo — na Europa. Seria de se esperar, portanto, que o interesse por Anne Frank nesses países fosse menor ou, ao menos, distinto, algo que deveria se refletir nas traduções do Diário. Até mesmo o título original em neerlandês, atribuído pelos primeiros editores da obra — *Het Achterhuis*, ou ‘o anexo’ — carrega um significado específico no contexto cultural neerlandês, remetendo a um tipo de construção típica de Amsterdã: estreita e profunda na fachada, frequentemente usada como oficina ou depósito. Trata-se de um conceito difícil de traduzir com todas as suas implicações para o português.

No entanto, apesar das diferenças históricas entre a Holanda e os países lusófonos — especialmente com o Brasil — revelou-se surpreendentemente difícil compilar uma lista completa das edições do Diário publicadas em português desde sua primeira edição em

⁵⁷ F 1947, p. 33.

⁵⁸ F 1950, p. 35.

neerlandês. Consequentemente, vimo-nos obrigados a selecionar, para este artigo, apenas as traduções que nos pareceram mais relevantes.

Pode-se traçar uma distinção entre as traduções portuguesas e brasileiras do Diário. Diferentemente do que ocorre nos mercados editoriais espanhol e hispano-americanos, os mercados editoriais de Portugal e do Brasil desenvolveram-se de forma praticamente independente ao longo do século XX. Isso explicaria a existência de duas tradições distintas de tradução, ao contrário da relativa unificação observada na hispanofonia.

A primeira tradução publicada em Portugal foi realizada por Ilse Losa, escritora que pessoalmente escapou do Holocausto. Nascida na Alemanha, Losa tornou-se conhecida sobretudo por sua produção voltada à literatura infantil. Como judia, fugiu da perseguição nazista e estabeleceu-se em Portugal em 1934. Apesar de sua experiência de vida profundamente ligada ao tema, é provável que Losa desconhecasse as alterações sofridas pelo texto original e, por isso, tenha baseado sua tradução na versão alemã de Anneliese Schütz — versão que já apresentava algumas deturpações do Diário original.

Em 2004, foi publicada em Portugal uma nova tradução de O Diário de Anne Frank, sob o título *Diário de Anne Frank*. Esta tradução foi realizada por Elsa T. S. Vieira, com base na versão inglesa *The Diary of a Young Girl: The Definitive Edition*. Elsa T. S. Vieira é uma tradutora portuguesa de renome, com um vasto currículo em traduções literárias e outros trabalhos a partir do inglês.

No Brasil, *O Diário de Anne Frank* foi traduzido diversas vezes. Contudo, nem sempre é possível identificar com clareza qual versão do texto original serviu de base ou quem foram exatamente os tradutores responsáveis. Por essa razão, esta análise se concentrará em uma seleção de edições relevantes, registradas a seguir.

Em 1978, foi publicada uma tradução realizada por Elia Ferreira Edel, sob o título algo enfático: *O Diário de Anne Frank. O documentário mais dramático da Segunda Guerra Mundial* (Frank, 1978). Já em 2014, a editora BestBolso lançaria uma nova tradução da obra, desta vez assinada por Alves Calado, que, em 2023, já havia alcançado sua 99ª edição. Por fim, em 2019, a editora Record publicou uma tradução de Cristiano Zwieseles do Amaral, incluída na *Obra Reunida* (Frank, 2019c). Essa edição se distingue das demais por incluir, além do Diário, contos e poemas de Anne Frank. A tradução de Zwieseles baseia-se na edição oficial da Anne Frank Fonds, de Basileia, publicada em 2013. Trata-se de uma tradução direta do original em neerlandês e apresentada como uma edição crítica — característica que a diferencia significativamente das demais publicações em língua portuguesa.

Conforme mencionado, a história editorial do Diário até se consolidar numa edição canônica amplamente aceita foi conturbada, e as traduções sofreram com a ausência de uma edição crítica ou definitiva. No entanto, não foi apenas essa lacuna editorial que levou os tradutores a introduzirem interpretações próprias baseadas em considerações morais ou políticas. As escolhas tradutórias também refletiram, em muitos casos, as convicções e preocupações individuais dos tradutores. Assim, algumas das inquietações dos primeiros censores do Diário — sobretudo de ordem sexual e política — reapareceriam, de forma mais ou menos explícita, nas versões traduzidas. A seguir, examinaremos até que ponto essas traduções alteraram o texto original.

As introduções e os posfácios das edições lusófonas ⁵⁹

⁵⁹ Desconsideramos o prefácio da última versão publicada (tradução de Zwieseles), pois ele não passa de uma tradução do prefácio da edição original holandesa.

As introduções nem sempre são lidas, mas dão uma indicação de como as editoras, e os tradutores que trabalham com suas instruções, pretendem que a obra seja lida. A primeira introdução à edição original em holandês foi escrita pela respeitada historiadora Annie Romein-Verschoor (1895-1978) e dá uma boa indicação da evolução que a recepção da obra sofreu ao longo de oitenta anos. De forma um tanto surpreendente, a autora holandesa, que ganhou vários prêmios prestigiosos pela qualidade de sua prosa, achou o seguinte sobre o *Diário*: “Quem espera encontrar um milagre em seu *Diário* vai se decepcionar de antemão. Este *Diário* não é obra de uma criança prodígio.”^[1] O restante dessa primeira introdução ao *Diário* continua nesse mesmo tom. Segundo Romein-Verschoor, trata-se mais do que nada de um documento histórico, de uma garota muito inteligente e que estava amadurecendo rapidamente.

Vale a pena mencionar outra passagem dessa introdução com a qual muitas pessoas discordariam hoje, mas que foi escrita por uma intelectual que certamente refletiu mais sobre este *Diário* do que a maioria dos introdutores posteriores. “Nesse *Diário*, que não é o trabalho de uma grande escritora - talvez ela pudesse ter se tornado, mas como essa pergunta se torna sem sentido em sua melancolia! - é tão puro, tão preciso, tão sem olhar para cima ou para trás, para qualquer pessoa ou coisa, o despertar de uma alma humana, marcado como raramente encontramos na imagem da memória, mesmo dos grandes.”^[2] Em outras palavras, a imagem que temos aqui do *Diário* e de sua autora é a de uma escritora adolescente, mas que faz considerações adultas e, portanto, objetivas e sinceras. Annie Romein-Verschoor não estava prevendo que o *Diário* teria uma vida tão diferente meio século depois.

Ilse Losa

Ilse Losa foi a primeira tradutora de Anne Frank para o português. Sua tradução foi publicada em 1958 com o título *Diário de Anne Frank: de 12 de junho de 1942 a 1º de agosto de 1944* (Editora Livros do Brasil). Ilse Losa era uma refugiada judia do Holocausto, fugindo da Alemanha já em 1934, e poder-se-ia pensar que ela fosse acentuar o lado judeu de Anne Frank e a identidade alemã de seus opressores. No entanto, por razões possivelmente de temperamento pessoal, Ilse Losa prefere, em sua introdução, enfatizar o lado humano do *Diário*. No prefácio, ela afirma ter traduzido do original holandês junto com a tradução alemã, mas, dadas as características de seu texto e algumas traduções um tanto estranhas⁶⁰, podemos deduzir que sua tradução foi baseada na tradução alemã de Anneliese Schütz. De fato, Ilse Losa caracteriza o *Diário* como um dos mais “comoventes depoimentos contra a guerra, contra a injustiça e a crueldade dos homens como, também, um dos mais puros documentos psicológicos”.

Na primeira parte dessa caracterização, Ilse Losa, adotando uma perspectiva pessoal e até magnânima, insere o *Diário* no contexto mais amplo da literatura sobre as injustiças da guerra, evitando mencionar diretamente os nazistas e poupando, de certo modo, os alemães. Foram os alemães que invadiram, sem dúvida, mas no prefácio eles aparecem como estando em processo de reconciliação: “As várias manifestações de simpatia de que [o *Diário*] é objeto culminaram, em 1.º de março último, com uma peregrinação de jovens alemães ao antigo campo de concentração de Bergen-Belsen.” E prossegue: “A sua obra, já traduzida em dezenove línguas e estudada nas classes superiores dos liceus alemães...”.

Tudo isso reflete a postura da primeira tradutora alemã do *Diário*, Anneliese Schütz. Pode parecer surpreendente que uma mulher judia, forçada a fugir de Hitler, demonstrasse

⁶⁰ Ilse Losa traduz, por exemplo, a palavra ‘onderduiker’ como ‘mergulhador’, o que poderia ser uma tradução literal (*duiker*), mas que indica simplesmente ‘alguém que se esconde’.

tamanha indulgência. No entanto, talvez seja necessário considerar também a identidade de Ilse Losa no contexto do Portugal salazarista, um regime politicamente oposto ao nazismo, mas igualmente autoritário, onde Losa se tornara conhecida sobretudo como autora de literatura infantil.

A segunda parte do testemunho de Ilse Losa, ao caracterizar o *Diário* como um “documento psicológico”, concentra-se no aspecto “adolescente” de Anne Frank. Segundo ela, o Diário pode ser entendido como o depoimento de uma jovem em plena fase de crescimento, o que talvez indique que Ilse Losa estivesse pensando, sobretudo, em seu público habitual: os jovens. No entanto, é inegável que essas considerações, de que os alemães não seriam tão culpados e de que o Diário seria, acima de tudo, um “documento humano” de uma adolescente, acabam por atenuar o impacto da história de Anne Frank. Trata-se de um mesmo gesto de suavização que já observamos em outras formas de reinterpretação do Diário, como nas adaptações teatrais, por exemplo.

Ivanir Alves Calado

No caso da tradução de Ivanir Alves Calado, não é possível afirmar com certeza se foi o próprio tradutor quem redigiu o prefácio e o posfácio, mas ambos os textos se mantêm fiéis aos fatos, relatando de forma objetiva o que aconteceu com Anne Frank e com os demais que se esconderam na mesma casa em Amsterdã. Trata-se de textos factuais, que evitam qualquer juízo avaliativo. A edição faz referência a uma edição crítica em neerlandês, *De Dagboeken van Anne Frank* (Frank, 2001), embora a capa informe que a tradução foi feita a partir de “*The Diary of a Young Girl*. Edição integral e revista. Única edição integral autorizada por Otto H. Frank e Mirjam Pressler.” O prefácio adota um tom adulto, em contraste com outras traduções, e apresenta de forma detalhada a gênese do texto e suas diferentes versões.

Élia Ferreira Edel

A tradução de Élia Ferreira Edel foi (provavelmente) publicada pela primeira vez em 1978 (Frank, 1978), tendo sido reeditada diversas vezes. O volume apresenta um pequeno prefácio com algumas características dignas de nota. Por exemplo, Élia Ferreira não oculta o fato de que Anne Frank e os demais escondidos foram descobertos e presos pelos “nazistas”, mas a palavra “alemão” não é mencionada em nenhum momento. Também aqui a ênfase recai sobre o fato de Anne Frank ser uma adolescente, com as características típicas da idade. Anne tinha “treze anos, momento importante para todo mundo”. O tom da introdução procura adequar-se à faixa etária adolescente, centrando-se na jovem em processo de desenvolvimento, e não nos acontecimentos externos que a rodeavam. Assim, o *Diário* conteria, segundo o prefácio, “todas as suas observações e preocupações [de Anne Frank] com a vida e consigo mesma, o contato com o mundo, com a história e com o outro.” O *Diário* torna-se, assim, um documento humano no qual os acontecimentos levaram a jovem a amadurecer mais rapidamente. Um diário escrito por uma adolescente para adolescentes. A edição inclui também um epílogo bem informado, que descreve o descobrimento do esconderijo e o destino cruel de Anne Frank e de seus familiares, o que contrasta marcadamente com o tom infantilizado do prefácio. Não é possível afirmar com certeza se o prefácio e o epílogo foram escritos pela mesma pessoa, tampouco se foram redigidos pela própria tradutora; a diferença de tom entre os dois textos parece, inclusive, sugerir o contrário.

Sylvia Prado e Suely Paiva

O prefácio de Sylvia Prado e Suely Paiva é um dos mais interessantes entre os analisados. Não há nele qualquer menção direta aos alemães ou à perseguição dos judeus, restringindo-se a uma referência bastante neutra ao Holocausto: “O Diário de Anne Frank é um documento de referência sobre os horrores da Segunda Guerra Mundial.” O público visado pela tradutora é claramente o adolescente: “O sonho de Anne Frank era se tornar jornalista e escritora famosa. Não deu tempo, mas seu livro virou best-seller.” A expressão “não deu tempo” poderia, inclusive, soar ligeiramente irônica, na tentativa de evitar qualquer alusão direta às razões reais pelas quais Anne Frank não pôde realizar esse desejo. Em vez disso, o *Diário* é apresentado como um testemunho sentimental de uma jovem que “desabrocha para o amor” e que “vive conflitos de amor e ódio com seus pais. Garota observadora e tagarela com mil planos para o dia em que a guerra acabasse.”

Esta edição inclui também um epílogo, com o título um tanto inadequado *O que aconteceu depois*, no qual se narra de maneira objetiva o destino trágico da maioria das pessoas implicadas no drama de Anne Frank. Também neste caso, como no epílogo da tradução de Élia Ferreira Edel, não é possível afirmar se o texto foi escrito pelas próprias tradutoras ou por outra pessoa. Ainda assim, chama a atenção, mais uma vez, o contraste entre a franqueza sóbria do epílogo e o tom infantilizado do prefácio.

Georgia Mariano

O prefácio de Georgia Mariano adota o mesmo tom ligeiramente infantil que se observa em outras traduções: “Anne Frank era uma garota muito observadora, inteligente, que adorava escrever.” A única menção aos alemães aparece nesta frase: “Anne e sua família eram judeus de origem alemã.” A introdução afirma que os Frank eram alemães, mas evita qualificar os nazistas da mesma maneira. Também aqui se tem a impressão — como já ocorria na primeira tradução alemã — de que há um esforço deliberado para não atribuir a culpa pela morte de Anne Frank a um povo inteiro.

Essa escolha adquire contornos particulares no contexto brasileiro, país com uma expressiva população de ascendência alemã, onde tal origem é, em muitos círculos, associada a certo prestígio. Assim, o Holocausto parece tornar-se quase uma responsabilidade exclusiva e pessoal de Hitler: “Era 1942, auge da Segunda Guerra Mundial. A perseguição de Hitler aos judeus se tornou insuportável...” Observa-se, também aqui, o uso do adjetivo “insuportável” — termo que pode descrever dor, calor ou até uma pessoa incômoda, mas que, em geral, não implica risco de morte. Trata-se de uma palavra que remete a um sofrimento vivido, como em “uma dor de cabeça insuportável”, sem necessariamente indicar sua origem nem atribuir responsabilidade direta por ele.

Mais uma vez, como em outros prefácios, a menção explícita aos alemães parece cuidadosamente evitada, enquanto o foco recai sobre a experiência subjetiva da adolescente. Não se pode excluir, evidentemente, que a tradutora — ou a pessoa responsável pela redação da introdução — estivesse convencida de que se tratava de um livro destinado ao público infantil e que, por isso, seria inadequado imputar a um povo inteiro a responsabilidade pela morte da protagonista.

As traduções

Ao comparar as traduções, concentraremos nossa análise nas edições brasileiras, já que as versões portuguesas foram examinadas de forma exemplar por Joline Ten Haken (2008), em estudo que analisa as traduções de Ilse Losa (1958) e Elsa Vieira (2002),

conforme mencionado anteriormente. Ten Haken identifica diferenças significativas entre essas duas versões, motivadas tanto pelo uso de textos-fonte distintos quanto pelos diferentes contextos históricos em que foram produzidas. A primeira tradução, de Ilse Losa, baseou-se no original holandês e na tradução alemã de 1950; já a versão mais recente, de Elsa Vieira, partiu da tradução inglesa da chamada edição “definitiva” de 1991 — embora uma versão ainda mais “definitiva” tenha sido publicada posteriormente. Na tradução de Losa, Anne é retratada como uma jovem educada e menos crítica, uma escolha coerente com o clima do pós-guerra. A tradução de Vieira, por sua vez, buscou maior fidelidade ao texto original, reincorporando trechos que haviam sido omitidos anteriormente. A seguir, examinaremos as traduções brasileiras, com foco nas passagens mais críticas, conforme delineado na primeira parte deste artigo.

As traduções brasileiras são de difícil catalogação, devido à sua grande quantidade e à frequente ausência de informações claras sobre aspectos fundamentais, como a autoria da tradução, a revisão e a língua de partida. Em diversas edições, por exemplo, o nome de Sylvia Prado é creditado como tradutora. Mas, em algumas dessas mesmas edições, Suely Paiva também aparece como cotradutora, sem que fique evidente a divisão de responsabilidades entre elas. Não conseguimos destrinchar quem é quem exatamente e nenhum dos dois nomes aparece no *Dicionário de tradutores literários no Brasil*⁶¹. Só de Ivanir Alves Calado encontramos dados confiáveis a través da sua conta no LinkedIn⁶².

Neste ponto, limitamo-nos a algumas considerações sobre as próprias traduções. Como já observado ao longo deste artigo, há considerável confusão em relação ao texto original em holandês. Mesmo entre edições publicadas por editoras conceituadas dos Países Baixos, como Bert Bakker e Prometheus, não há plena correspondência textual. Para esta análise, adotamos como referência a edição publicada pela editora Prometheus (Frank & Pressler, 2022), geralmente considerada a mais confiável. Dado que poucas pessoas têm domínio suficiente da língua holandesa para uma leitura aprofundada, restringiremos nossa comparação a alguns dados mais marcantes e a uma análise breve das diferenças mais relevantes.

No quadro apresentado no Apêndice, comparamos quatro traduções brasileiras em ordem cronológica, ao menos na medida em que foi possível determinar, dado o grande número de edições e reedições publicadas ao longo do tempo, algumas das quais são novas traduções, enquanto outras consistem em cópias apenas levemente modificadas, como demonstraremos a seguir. Para essa comparação, escolhemos o trecho mais controverso do livro, anteriormente discutido por diversos autores, conforme indicado na primeira parte deste artigo. Naturalmente, não é viável analisar cada tradução em profundidade, razão pela qual nos limitaremos a apontar algumas de suas características mais relevantes. Um dado interessante é que o texto original utilizado como base para a tradução pode, em muitos casos, ser identificado pela forma como aparece o nome da amiga da protagonista no último parágrafo do excerto, “Jopie” ou “Jacque”.

A tradução de Elia Ferreira Edel (Frank, 1978)

Esta tradução é, até onde sabemos, a primeira a ter sido editada no Brasil. Algumas escolhas nos chamaram particularmente a atenção. Uma mudança sistemática em relação ao

⁶¹ <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/consulta.php>

⁶² “31 anos de experiência, cerca de trezentos livros traduzidos, Editoras Record, Sextante, Arqueiro, Reader’s Digest, Nova Fronteira, Ediouro, Rocco assinando como Alves Calado ou Ivanir Calado”, <https://www.linkedin.com/in/ivanir-alves-calado-233604107/?originalSubdomain=br>

original é a substituição do presente do infinitivo por formas verbais no pretérito imperfeito. O efeito dessa escolha é que tudo, por assim dizer, é transposto ainda mais fortemente para o passado. Anne Frank, no entanto, narra a partir de uma perspectiva presente, como se os acontecimentos já tivessem sido superados, como se tudo tivesse sido um pesadelo do qual, no fim, ela despertou. Em outras palavras, ela escreve como se ainda estivesse viva.

Essa estratégia se alinha, naturalmente, ao tom infantilizado do prefácio a que nos referimos anteriormente. Ela nos lembra que toda tradução parte de uma leitura da obra original e é voltada a um público-alvo específico, público ao qual até mesmo as características estilísticas mais sutis da tradução devem se adequar. A intenção de Elia Ferreira Edel parece ter sido a de produzir uma tradução voltada para jovens adolescentes: leitores que deveriam tomar conhecimento dos fatos narrados, mas sem correr o risco de serem traumatizados. Não é por acaso, portanto, que o prefácio omite o fato de que Anne Frank morreu em um campo de concentração.

Esta tradução mantém ainda um acréscimo, provavelmente inserido por Otto Frank, que afirma, de maneira quase reconfortante: “Onze vrijheid werd dus zeer beknot, maar het is nog uit te houden.” (“Nossa liberdade fora tremendamente limitada, mas ainda assim as coisas eram suportáveis.”) Nota-se que, também aqui, a tradutora optou por verter o tempo presente do original para o pretérito imperfeito, o que confere à frase um tom ainda mais apaziguador. No entanto, nada do que Anne Frank havia acabado de relatar sugere qualquer forma de tranquilidade, pelo contrário. Pouco depois, a família se refugiaria no conhecido esconderijo, com as consequências trágicas que todos conhecemos.

A tradução de Ivanir Alves Calado (Frank, 2004)

As primeiras páginas indicam que esta tradução foi realizada a partir de “*The Diary of a Young Girl* – Edição integral e revista. Única edição integral autorizada por Otto H. Frank e Mirjam Pressler”. Nela se observa a mesma transformação já presente na tradução de Elia Ferreira Edel: a conversão sistemática de tempos verbais no presente para o pretérito imperfeito. Essa escolha transmite ao leitor a impressão de que os acontecimentos pertencem inteiramente ao passado e que, talvez, tudo tenha terminado bem. É, aliás, a mesma impressão que o próprio Otto Frank parece ter desejado produzir na versão ‘melhorada’ do diário publicada após a guerra.

Na sua revisão, Otto Frank também alterou frases como “Jacque zegt altijd tegen me” (“Jacque sempre me diz”) para “Jopie zei altijd tegen me” (“Jopie sempre me dizia”), o que contribui para o efeito de distanciamento. Tal alteração faz com que o leitor sinta que tudo já passou, como se os eventos descritos fossem apenas um pesadelo do qual Anne, e talvez também o leitor, pôde enfim despertar.

As traduções de Georgia Mariano (Frank, 2017) e de Sylvia Prado e Suely Paiva (Frank, 2019b)

Essas duas traduções são extremamente semelhantes, e é evidente que uma serviu de base para a outra, com modificações pontuais. Ambas, por exemplo, omitem na tradução da primeira frase do trecho a referência explícita a “maio de 1940” (data da invasão da Holanda pela Alemanha) e a substituem por um genérico “A partir de 1940”. A tradução de Georgia Mariano parece ser a mais antiga, a julgar pelo exemplar em nossa posse, mas, dado o grande número de edições disponíveis, seria arriscado afirmá-lo com certeza. (Também não foi possível apurar como se deu, exatamente, a colaboração entre Sylvia Prado e Suely Paiva.)

Em todo caso, ambas as versões optam pela mesma estratégia de converter os tempos verbais do presente do indicativo no original para o pretérito imperfeito em português. Como já assinalado, essa escolha contribui para a impressão de que os eventos narrados pertencem definitivamente ao passado, impressão reforçada pelos respectivos prefácios, distintos entre si, mas igualmente voltados a um público juvenil. Em nenhum dos dois se menciona o destino trágico da autora do *Diário*, o que contribui para suavizar o impacto emocional da leitura e moldar a recepção do texto a um horizonte de expectativa mais palatável.

A tradução de Cristiano Zwiesele do Amaral (Frank, 2019a)

A tradução mais recente, realizada pelo experiente tradutor de neerlandês Cristiano Zwiesele do Amaral, foi feita diretamente da língua original e inclui não apenas o *Diário* de Anne Frank, mas também contos e cartas. Trata-se, claramente, de uma edição que se apresenta como uma tradução “científica”, conforme indicado também no prefácio já mencionado.

É importante destacar que o tom desta versão difere sensivelmente das anteriores. A linguagem adotada é marcadamente mais coloquial, como se nota em trechos como “os bons tempos começaram a degradingolar” e “as nossas asas foram cortadas”. Trata-se de uma escolha que aproxima o texto do registro oral de uma adolescente, algo compatível com a voz da narradora, e que se repete em diversas passagens ao longo da obra, ainda que seja impossível abordar todas elas aqui.

No entanto, mesmo nesta versão, Zwiesele opta por traduzir os tempos verbais no presente do indicativo do original como pretérito imperfeito. Assim como nas demais edições, essa decisão estilística contribui para transformar o relato em uma enumeração de fatos pretéritos, atenuando o impacto da narrativa e afastando-a da imediatez e da urgência presentes no *diário* original.

5. CONCLUSÃO

Este artigo analisa principalmente os desafios implicados na tradução do *Diário de Anne Frank* para o alemão e o português. A escolha desses dois idiomas, aparentemente muito diferentes — não apenas do ponto de vista linguístico, mas também em relação à sua conexão com a história do *Diário* — oferece a possibilidade de uma comparação instigante. Por motivos históricos evidentes, a tradução alemã está diretamente implicada nos eventos que envolvem o *Diário*, enquanto o público lusófono não teve envolvimento direto com a guerra e o Holocausto, excetuando-se o episódio da Força Expedicionária Brasileira. Essa assimetria permite precisamente uma leitura contrastiva dos modos de recepção e mediação editorial da obra.

Analizamos primeiro o caso alemão. Um dado particularmente interessante é a existência de duas versões bastante distintas: a primeira foi realizada imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial e, por isso, conserva uma relação imediata e material com os acontecimentos descritos. Essa versão passou por adaptações e omissões que suavizavam o texto, sobretudo no que tange à identidade judaica de Anne e à responsabilização dos alemães. A segunda versão foi publicada décadas depois, quando a Alemanha já se encontrava envolvida em um processo mais amplo de autocrítica. Essa versão é considerada mais fiel ao original, pois não suprimiu os aspectos mais incômodos do *Diário*, refletindo uma mudança significativa na mentalidade coletiva alemã.

No caso das traduções lusófonas, destaca-se a primeira versão portuguesa, realizada por Ilse Losa em 1958. Losa, refugiada do regime nazista, baseou-se na tradução alemã de

Anneliese Schütz, criticada por suavizar a culpa alemã e omitir passagens fundamentais. Em contraste, a tradução de 2004, de Elsa T. S. Vieira, seguiu a chamada versão inglesa “definitiva”, que restaurou os trechos anteriormente suprimidos.

Quanto ao Brasil, impressiona a quantidade de traduções e edições do *Diário*. São tantas que se torna difícil catalogá-las com precisão. Ainda assim, observa-se um movimento semelhante ao ocorrido na Alemanha, Inglaterra e Holanda: um esforço consciente de aproximar o leitor do texto original, mesmo quando esse acesso ocorre por meio de outras traduções, ou seja, por uma tradução indireta. Esse processo foi mais direto no contexto neerlandês, dado que o *Diário* foi originalmente escrito em neerlandês e, com exceção de algumas expressões datadas, continua plenamente compreensível para os leitores atuais. Entretanto, a existência de um texto original “definitivo” e reconhecido como autêntico não assegura, por si só, uma tradução neutra ou objetiva. Mesmo as versões baseadas nessa edição restaurada podem apresentar escolhas tradutórias discutíveis.

Se nos concentrarmos no caso brasileiro, tema da segunda parte deste artigo, é relevante mencionar as opções do tradutor Cristiano Zwiesele do Amaral, justificáveis no contexto de uma tradução voltada ao público juvenil. O texto original do *Diário* parece, talvez em função de sua época, mais sólido, tradicional, sem marcas estilísticas especialmente voltadas a jovens leitores. O tom da tradução, de fato, difere do tom da introdução, esta bastante objetiva e adulta. Nas traduções anteriores à de Zwiesele — geralmente baseadas em versões inglesas — percebe-se a mesma tendência de direcionamento a um público juvenil, não necessariamente pelo estilo tradutório, mas pelas introduções e textos de apoio, que muitas vezes adotam um tom quase infantilizado. Paradoxalmente, os epílogos de tradutoras como Élia Ferreira Edel, Ivanir Calado, Sueli Paiva e Silvia Prado, embora dirigidos ao mesmo público-alvo, assumem uma tonalidade grave e densa, em contraste com o tom pedagógico inicial, ressaltando o destino trágico da família Frank. Uma análise mais detalhada poderia revelar outros dados relevantes, mas extrapolaria os limites deste artigo.

Cabe destacar um traço comum às traduções analisadas: a tendência de converter os verbos no presente do indicativo do original para o pretérito imperfeito. Esse recurso pode parecer apenas uma escolha estilística, mas introduz um efeito de distanciamento temporal, conferindo ao texto uma tonalidade de passado irrevogável, que diminui, em certa medida, o impacto da tragédia.

Para Anne Frank, testemunhar em seu *Diário* significa transmitir à posteridade a tirania da vida cotidiana, que de outra forma correria o risco de ser esquecida. Seu relato constitui uma recordação vívida do passado, cuja horizontalidade temporal, sem esse testemunho, se perderia na incerteza.⁶³ Mas o testemunho da jovem não tem apenas um significado histórico, pois também fornece dados sobre datas, locais, nomes e informações que circulavam à época. Do ponto de vista historiográfico, diários como o de Anne Frank são valiosos não por preservarem os acontecimentos, mas “para obter sobre eles um conhecimento pleno de subjetividade [...], de história e de teoria, de literatura e de experiência, de pessoal e de político”.⁶⁴ Para diaristas judeus sob a ditadura nazista, como Anne Frank, escrever um *Diário* era “uma ajuda à sobrevivência em situações extremas”.⁶⁵ A experiência traumática da clandestinidade, da ameaça de morte, da prisão, e da privação de

⁶³ Ver James E. YOUNG, *Beschreiben des Holocaust. Darstellung und die Folgen der Interpretation*, Frankfurt am Main, Jüdischer Verlag, 1992, p. 69.

⁶⁴ Bella BRODZKI, “Testimony”, em Margaretta JOLLY (ed.), *Encyclopedia of Life Writing. Autobiographical and Biographical Forms. Vol. II (L-Z)*, Londres/Chicago, Fitzroy Dearborn, 2001, p. 870.

⁶⁵ Rüdiger GÖRNER, *Das Tagebuch. Eine Einführung*, Munique/Zurique, Artemis, 1986, p. 23.

direitos é contraposta pelo diário. Cada anotação, mesmo como simples traço de lápis sobre o papel, testemunha a vida, os pensamentos e, por conseguinte, a individualidade do seu autor ou de sua autora.

Nas traduções, especialmente na de Anneliese Schütz, o estilo, o tom e o conteúdo foram modificados para adaptar o texto às expectativas do público alemão e à política memorial da época.⁶⁶ Sendo a língua um bem cultural que conecta seus falantes de maneira mais natural e íntima, o abandono do alemão por parte da família Frank cria uma ruptura simbólica com o leitor alemão do *Diário*.⁶⁷ Quaisquer laços naturais que pudessem existir são cortados pelas adaptações do texto promovidas pelos tradutores.

⁶⁶ Esta contribuição centra-se sobretudo na política da memória na RFA. Para mais informações sobre a recepção do diário de Anne Frank na RDA, ver Sylke KIRSCHNICK, *Anne Frank und die DDR. Politische Deutungen und persönliche Lesarten des berühmten Tagebuchs*, Berlim, Christoph Links Verlag, 2009.

⁶⁷ Ver Alvin H. ROSENFELD, *The End of the Holocaust*, Bloomington, Indiana University Press, 2001, p. 126.

Apêndice

Tabela comparativa de um trecho central do *Diário*. O sinal [...] refere-se a uma omissão feita pelos tradutores.

1. Primeiro original (Anne Frank, 1947)	2. Segundo original (Frank & Pressler, 2022)	3. Tradução literal nossa do segundo original (Frank & Pressler, 2022)	4. Elia Ferreira Edel (Frank, 1978)	5. Ivanir Alves Calado (Frank, 2004)	6. Georgia Mariano (Frank, 2017)	7. Sylvia Prado e Suely Paiva (Frank, 2019b)	8. Cristiano Zwiesele do Amaral ((Frank, 2019a)
9. Na Mei 1940 ging het bergaf met de goede tijden: eerst de oorlog, de capitulatie, intocht der Duitsers, waarna de ellende voor ons Joden begon. Jodenwet volgde op Jodenwet. Joden moeten een Jodenster dragen. Joden moeten hun fietsen afgeven. Joden mogen niet in de tram, Joden mogen niet meer in auto's rijden. Joden mogen alleen van 3-5 uur boodschappen doen en alleen in Joodse winkels, waar 'Joods lokaal' opstaat. Joden mogen vanaf 8 uur 's avonds niet op straat zijn en ook niet in hun tuin zitten, noch bij	12. Na mei 1940 ging het bergaf met de goede tijden: eerst de oorlog, dan de capitulatie, inmars der Duitsers en de ellende voor ons joden begon. Jodenwet volgde op jodenwet en onze vrijheid werd zeer beknót. Joden moeten een jodenster dragen; joden moeten hun fietsen afgeven; joden mogen niet in de tram; joden mogen niet in een auto, ook niet in een particuliere; joden mogen alleen van 15.00 tot 17.00 uur boodschappen doen; joden mogen alleen maar naar een joodse kapper; joden mogen vanaf 20.00 uur 's	13. Depois de maio de 1940, os bons tempos foram ladeira abaixo: primeiro a guerra, depois a capitulação, a entrada dos alemães e a desgraça para nós, judeus, começou. Lei judaica seguia lei judaica e nossa liberdade foi muito restringida. Os judeus devem usar uma estrela judaica; judeus devem entregar suas bicicletas; judeus não podem pegar o bonde; judeus não podem andar de carro, nem mesmo em um particular; judeus só podem fazer compras das 15h00 às 17h00; judeus só podem ir a um barbeiro judeu; judeus não podem	14. Depois de maio de 1940, os bons tempos se acabaram: primeiro a guerra, depois a capitulação, seguida da chegada dos alemães. Foi então que, realmente, principiaram os sofrimentos dos judeus. Decretos anti-semitas surgiam, uns após outros, em rápida sucessão. Os judeus tinham de usar, bem à vista, uma estrela amarela; os judeus tinham de entregar suas bicicletas; os judeus não podiam andar de bonde; os judeus não podiam dirigir automóveis [...]. Só lhes era	16. Depois de maio de 1940, os bons momentos foram poucos e muito espaçados: primeiro veio a guerra, depois, a capitulação, em seguida, a chegada dos alemães, e foi então que começaram os sofrimentos dos judeus. 17. Nossa liberdade foi gravemente restringida com uma série de decretos antisemitas: os judeus deveriam usar uma estrela amarela; [judeus devem entregar suas bicicleta] os judeus eram	18. A partir de 1940 foram acabando os bons tempos. Primeiro veio a guerra, depois a capitulação, em seguida a entrada dos alemães. E então começou a miséria. Nossa liberdade foi restringida por uma série de leis contra os judeus. Obrigaram-nos a usar a estrela amarela e a entregar as bicicletas. Não nos deixavam andar nos bondes e muito menos de automóvel. Os judeus só podiam fazer compras das três às cinco horas e só em lojas judaicas. Não podiam sair à rua depois das oito	20. A partir de 1940 foram acabando os bons tempos. Primeiro veio a guerra, depois a capitulação, em seguida a entrada dos alemães. E então começou a miséria. A uma lei ditatorial seguia-se outra; e, em especial para os judeus, as coisas começaram a ficar feias. Obrigaram-nos a usar a estrela e a entregar as bicicletas. Não nos deixavam andar nos bondes e muito menos de automóvel. 21. Os judeus só podiam	23. Após maio de 1940, os bons tempos começaram a degradingolar: primeiro a guerra, depois a capitulação, a invasão dos alemães e o início do martírio para nós, os judeus. Era uma lei restritiva aos judeus atrás da outra, e as nossas asas foram cortadas. Os judeus tinham de ter costurada na roupa a estrela de davi; os judeus tinham as bicicletas confiscadas; os judeus não podiam mais pegar bonde; os judeus não podiam mais dirigir carros, nem se fossem os seus próprios; os judeus só podiam fazer compras entre

<p>kennissen. Joden mogen zich niet in schouwburgen, bioscopen of andere voor vermaak dienende plaatsen ophouden, Joden mogen in het openbaar generlei sport beoefenen, ze mogen geen zwembad, tennisbaan, hockeyveld of andere sportplaats betreden. Joden mogen ook niet bij Christenen aan huis komen. Joden moeten op Joodse scholen gaan en nog veel meer van dergelijke beperkingen.</p> <p>10. Zo ging ons leventje door en we mochten dit niet en dat niet. Jopie zei altijd tegen me: 'Ik durf niets meer te doen, want ik ben bang dat het niet mag'.</p> <p>11. Onze vrijheid werd dus zeer beknot, maar het is nog uit te houden.</p>	<p>avonds tot 6.00 uur 's ochtends niet op straat; joden mogen zich niet in schouwburgen, bioscopen en andere voor vermaak dienende plaatsen ophouden; joden mogen niet naar een zwembad, evenmin naar tennis, hockey- of andere sportplaatsen; joden mogen niet roeien; joden mogen in het openbaar generlei sport doen; joden mogen na acht uur 's avonds niet meer in hun tuin zitten, evenmin bij hun kennissen; joden mogen niet bij christenen thuis komen; joden moeten naar joodse scholen gaan en al dergelijke meer. Zo ging ons leventje door en we mochten dit niet en dat niet. Jacques zegt altijd tegen me: 'Ik durf niets meer te doen, want ik ben bang dat het niet mag.'</p>	<p>estar na rua das 20h00 da noite até as 6h00 da manhã; judeus não podem frequentar teatros, cinemas e outros lugares de entretenimento; judeus não podem ir a uma piscina, nem a quadras de tênis, hóquei ou outros locais de esportes; judeus não podem remar; judeus não podem praticar esporte algum em público; judeus não podem mais sentar-se no jardim depois das oito da noite, nem mesmo na casa de conhecidos; judeus não podem visitar cristãos em suas casas; judeus devem frequentar escolas judaicas e coisas do tipo. Assim a nossa vidinha continuava, e não podíamos isso nem aquilo. Jacques sempre me diz: "Não ousei mais fazer nada, porque tenho medo de que não seja permitido."</p>	<p>permitido fazer compras das três às cinco e, mesmo assim, apenas em lojas que tivessem uma placa com os dizeres: loja israelita. Os judeus eram obrigados a se recolher a suas casas às oito da noite, e, depois dessa hora, não podiam sentar-se nem mesmo em seus próprios jardins. Os judeus não podiam frequentar teatros, cinemas e outros locais de diversão. Os judeus não podiam praticar esportes publicamente. Piscinas, quadras de tênis, campos de hóquei e outros locais para a prática de esportes eram-lhes terminantemente proibidos. Os judeus não podiam visitar os cristãos. Só podiam frequentar escolas judias, sofrendo ainda uma série de</p>	<p>proibidos de andar nos bondes; os judeus eram proibidos de andar de carro, mesmo em seus próprios carros; os judeus deveriam fazer suas compras entre três e cinco horas da tarde; os judeus só deveriam frequentar barbearias e salões de beleza de proprietários judeus; os judeus eram proibidos de sair às ruas entre oito da noite e seis da manhã; os judeus eram proibidos de frequentar teatros, cinemas ou ter qualquer outra forma de diversão; os judeus eram proibidos de ir a piscinas, quadras de tênis, campos de hóquei ou a qualquer outro campo esportivo; os judeus eram proibidos de ficar em seus jardins ou nos de amigos depois das oito da noite; os judeus</p>	<p>da noite nem sequer ficar no quintal ou na varanda. Não podiam ir ao teatro nem ao cinema, nem frequentar qualquer lugar de divertimentos. Também não podiam nadar, nem jogar tênis ou hóquei, nem praticar qualquer esporte. Os judeus não podiam visitar os cristãos. As crianças judaicas eram obrigadas a frequentar escolas judaicas. Cada vez saíam mais leis... Toda a nossa vida estava sujeita a enorme pressão. Jopie dizia a cada passo: "Já nem tenho coragem para fazer seja o que for porque tenho sempre medo de fazer qualquer coisa que seja proibida".</p> <p>19.</p>	<p>fazer compras das 3 às 5 horas, e só em lojas judaicas. Não podiam sair à rua depois das oito da noite e nem sequer ficar no quintal ou na varanda. Não podiam ir ao teatro nem ao cinema, nem frequentar nenhum lugar de divertimentos. Também não podiam nadar, nem jogar tênis ou hóquei, nem praticar nenhum esporte. Os judeus não podiam visitar os cristãos. As crianças judaicas eram obrigadas a frequentar escolas judaicas. Cada vez saíam mais decretos... Toda a nossa vida estava sujeita à enorme pressão. Jopie dizia a cada passo: "Já nem tenho coragem para fazer seja o que for porque tenho sempre medo de fazer qualquer</p>	<p>as três e as cinco da tarde; os judeus só podiam frequentar cabeleireiros judeus; os judeus não podiam mais ficar na rua entre as oito da noite e as seis da manhã; os judeus não podiam mais frequentar cinemas, teatros ou qualquer outro espaço de entretenimento; os judeus não podiam mais frequentar piscinas, o que também valia para outros espaços desportivos, como quadras de tênis e de ringues de hóquei; os judeus não podiam mais remar; os judeus não podiam mais praticar nenhum tipo de esporte em público; os judeus não podiam mais ficar após as oito da noite nem nos seus próprios jardins, nem no dos seus conhecidos; os judeus não podiam entrar na casa de cristãos; os judeus eram obrigados a frequentar escolas judaicas; entre tantas outras leis do gênero.</p>
---	---	---	---	--	--	---	--

			<p>restrições semelhantes.</p> <p>15. Assim, não podíamos fazer isto e estávamos proibidos de fazer aquilo. Mas a vida continuava, apesar de tudo Jopie costumava dizer-me: — A gente tem medo de fazer qualquer coisa porque pode estar proibido. — Nossa liberdade era tremendamente limitada, mas ainda assim as coisas eram suportáveis.</p>	<p>eram proibidos de visitar casas de cristãos; os judeus deveriam frequentar escolas judias etc. Você não podia fazer isso nem aquilo, mas a vida continuava. Jacques sempre me dizia: “Eu não ousa fazer mais nada, porque tenho medo de ser algo proibido.”</p>		<p>coisa que seja proibida”. 22.</p>	<p>A nossa vidinha de sempre transcorria com proibições aqui e ali. A Jacque não parava de me dizer: “Eu não me atrevo a fazer mais nada, com medo de que também seja proibido.” Mas ainda dava para aguentar, apesar de estrelas, escolas separadas, confinamento em casa e daí por diante.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--